



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/11/2013



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. POSSE.....	1
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	2 - 3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. EVENTOS.....	4
3.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	5
4. JORNAL EXTRA	
4.1. EVENTOS.....	6 - 7
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. EVENTOS.....	8 - 10
5.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	11 - 12
5.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	13 - 14
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. DECISÕES.....	15
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AÇÕES TJMA.....	16 - 17
7.2. DECISÕES.....	18 - 19
7.3. DESEMBARGADORES.....	20 - 22
7.4. SEM ASSUNTO.....	23

Prefeito Edivaldo participa de posse do desembargador Marcelino Chaves Everton

O prefeito Edivaldo Holanda Júnior participou da posse do desembargador Marcelino Chaves Everton, que ocorreu na sala das sessões plenárias do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Na sessão solene de diplomação e da entrega da Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antônio Rodrigues Vellozo, a mais alta comenda do Judiciário maranhense, o prefeito Edivaldo destacou a trajetória vitoriosa do mais novo integrante da Corte. O desembargador Marcelino Chaves tem uma carreira respeitada e de grande destaque em sua longa vida de trabalho a favor do Judiciário maranhense. Deus possa dar sabedoria a ele no exercício do cargo de desembargador", disse Edivaldo Holanda Júnior, ao saudar o novo desembargador maranhense.



Des. Marcelino e Prefeito Edvaldo

TJMA CONVOCA CREDORES PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS PENDENTES

PAG.02

TJMA convoca credores para pagamento de precatórios pendentes

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está convocando credores de dívidas judiciais da fazenda pública estadual (precatórios) pendentes de 2011. O dinheiro está disponível e os beneficiários podem se dirigir à Coordenadoria de Precatórios, no horário das 8 às 18h, para receber o alvará que dá o direito ao levantamento do dinheiro junto ao banco autorizado.

Desde março, quando a Coordenadoria de Precatórios foi implantada pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, a Corte recebeu 4.306 processos de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor. Um total de 905 alvarás para levantamento do pagamento já foi emitido em favor dos credores, movimentando cerca de R\$ 16 milhões, mas muitos ainda não compareceram ao Tribunal para retirar o alvará de liberação do dinheiro.

Este ano, o TJMA efetuou o pagamento de R\$ 16.281.879,83 relativos a precatórios da lista geral do exercício de 2011. Também estão sendo pagos R\$ 13.798.838,60 em dívidas judiciais de natureza alimentar do exercício de 2012, conforme os recursos

disponibilizados até agora pelo Poder Executivo estadual.

Resta ainda um montante a pagar, pelo Estado, de R\$ 47.381.928,43 referente às dívidas com processos alimentares e mais R\$ 91.921.085,47 da lista geral do exercício de 2012, com pedido registrado no protocolo do Tribunal até 1º de julho de 2011. Os débitos de natureza alimentícia são decorrentes de salários, vencimentos, pensões, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez e são pagos preferencialmente.

O Município de São Luís pagou R\$ 13.851,50 em 2004 e R\$ 62.467,65 em 2008. Resta ainda um saldo devedor de R\$ 32.604.242,76. O Executivo Municipal fechou acordo com o TJMA para quitação das dívidas vencidas, com a liberação do valor de R\$ 800 mil. A partir de 2014, o pagamento dos precatórios pelo Município seguirá o regime especial instituído pela Emenda Constitucional nº 62/2009, com o depósito de 1% da Receita Corrente Líquida da Prefeitura.

Conforme determina a legislação vigente, os precatórios judiciais cujo requerimento ingressaram até o dia 1º de julho de 2012, devem ser pagos pelas



A Coordenadoria foi implantada pelo desembargador Guerreiro Júnior fazendas públicas até 31 de dezembro deste ano. Precatórios e RPV's vencidos podem ser cobrados pela parte mediante pedido de sequestro junto ao protocolo judicial do TJMA. Estados e Municípios inadimplentes poderão ter o Fundo de Participação bloqueado.

"Temos diversos pedidos de sequestro relativos ao ano de 2012, mas estamos tentando solucionar os pagamentos administrativamente. A inércia do Poder Executivo em não repassar os recursos pode levar ao sequestro dos valores, para o pagamento da dívida" explica o juiz auxiliar da Presidência e coordenador do Setor de Precatórios do TJMA, José Nilo Ribeiro Filho, acrescentando que a criação de uma estrutura específica no Tribunal para o encaminhamento dos precatórios racionalizou o

serviço e agilizou o andamento dos processos.

O atendimento ao público funciona no segundo pavimento do Palácio da Justiça, na Praça D. Pedro II, s/nº, Centro. Dez servidores trabalham no atendimento, preparo das decisões e atos necessários ao encaminhamento dos precatórios e RPV's. Mais três auxiliares cadastram os processos. "A distribuição dos processos é feita diariamente, considerando as providências urgentes e as diárias", informou a servidora Heloiza Gonçalves.

Os credores podem consultar a lista de precatórios no endereço eletrônico do TJMA na internet (<http://www.tjma.jus.br/tj/publicacoes/sessao/608>), onde são publicados editais de convocação dos credores, listas de precatórios e modelo da requisição de pagamento.

Esmam Cultural

A 6ª edição do projeto cultural da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) fará homenagem à data histórica de instalação da corte estadual - a terceira mais antiga do Brasil. O evento acontecerá no dia 22 de novembro, a partir das 17h, no Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, Centro Histórico, o projeto contará com shows musicais, exposição de fotografias, poesia, artesanato, espetáculos teatrais, dentre os quais a peça "Pão com Ovo", da Santa Ignorância Companhia de Artes. A entrada é gratuita.

Sala especial

Divulgação



A Divisão de Serviço Social e Psicologia do Fórum Des. Sarney Costa dispõe de uma sala preparada para atendimento lúdico de crianças e adolescentes. No local, assistentes sociais e psicólogos conversam e fazem jogos técnicos com os menores, levantando as informações trazidas nos processos judiciais das varas da Família. Após o diagnóstico e estudos de cada caso, a equipe emite um parecer técnico. A psicóloga Maria Arlinda Reis de Marques Freitas explica que na sala lúdica é realizada “A Hora do Jogo Diagnóstico”, uma atividade que favorece a expressão das vivências da vida diária da criança e do adolescente e ajuda o psicólogo a levantar as informações a respeito da queixa trazida pelo menor.

**Aldimar Zanoni
assume Comando
Geral da PM com
cara de mau**

PÁGINA 3

Coronel Zanoni assume comando geral da PM e anuncia "pacote" para conter bandidagem

O novo comandante geral da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), coronel Aldimar Zanoni Porto, tomou posse, oficialmente, nesta segunda-feira (18), com o anúncio de ações imediatas para coibir a criminalidade em São Luís e no Interior do Estado. "O Maranhão nunca foi celeiro de criminosos e nunca será. Aqui existem instituições fortes e unidas com a sociedade para debelar qualquer ameaça ao povo maranhense", disse o novo comandante em seu discurso de posse.

Na ocasião, foram empossados, ainda, o novo subcomandante da PM, coronel João Alfredo Soares de Quadro Nepomuceno, de 44 anos e 26 de polícia, que ocupará o lugar do coronel Edilson Gomes; e o novo comandante do Policiamento Metropolitano (CPM), tenente-coronel Marco Antonio Alves da Silva, de 44 anos, sendo 26 dedicados à PM.

Aldimar Zanoni anunciou o lançamento de um pacote de segurança pública de prevenção ao crime. Entre as mudanças, a transformação do Batalhão de Choque em Batalhão de Operações Especiais para operacionalizar o comando de policiamento especializado que, segundo o novo comandante, é fundamental para combater as facções perigosas.

A solenidade de passagem de comando foi presidida pelo secretário de Estado de Segurança Pública, Aluisio Mendes. Presentes, os secretários-adjuntos de Inteligência e Assuntos Estratégicos,

Laércio Costa; o de Articulação e Desenvolvimento Institucional, coronel Antonio Roberto dos Santos Silva; o comandante geral do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, coronel Wánderley Pereira; a delegada geral da Polícia Civil do Maranhão, Cristina Meneses; além de secretários de Estado, deputados estaduais Magno Bacelar e Roberto Costa, prefeitos, representantes dos poderes Legislativo e Judiciário; comandantes dos batalhões de São Luís e Interior, oficiais e praças. "O coronel Zanoni vem com políticas públicas de segurança mais proativas, de maior presença da polícia na cidade e isso é importantíssimo.

O coronel fez um estudo organizacional da PM e identificou efetivos que podem ser colocados nas ruas e a população irá sentir isso já esta semana", assegurou Aluisio Mendes.

O secretário informou que serão intensificadas as aulas dos candidatos aprovados no concurso da polícia que estão em formação para que esse efetivo esteja já em janeiro à disposição da população. "Vamos intensificar as aulas nos finais de semana e em dois turnos para antecipar a entrada desse efetivo no sistema de segurança", contou o secretário.

Substituição - O coronel Aldimar Zanoni Porto, de 46 anos, sendo 27 como militar, assume o comando da tropa em substituição ao coronel Franklin Pacheco, que esteve à frente da instituição por 4 anos e 7 meses.

ODYLO

Música, cinema, literatura...

A 6ª edição do Esmam Cultural apresenta, nesta sexta-feira, trabalhos de 24 servidores e magistrados do Poder Judiciário, selecionados em sete categorias

AUGUSTO DO NASCIMENTO

Fazendo justiça ao talento dos seus colaboradores, a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (Esmam) realizará, na próxima sexta-feira, dia 22, a 6ª edição do Esmam Cultural. Aberto ao público, o evento está marcado para ocorrer no Centro de Criatividade Odylo Costa, filho, na Praia Grande, reunindo trabalhos de 24 servidores e magistrados do Poder Judiciário maranhense, selecionados em diversas categorias artísticas.

Este ano, o Esmam Cultural, que ocorre nos espaços Palco Mostra de Talentos e Galeria Prata da Casa, tem como tema "A Justiça Maranhense e os 200 anos do Tribunal de Justiça". O destaque serão as produções audiovisuais, as quais podem ser realizadas no formato vídeo de bolso, com até 5 minutos de duração. Esse formato tem a vantagem de poder ser feito com baixo custo para o realizador, já que os equipamentos de captação de imagem incluem câmeras de aparelhos celulares ou máquinas fotográficas digitais.

A reportagem conversou com servidores inscritos no Esmam Cultural 2013, os quais se mostraram entusiasmados pela oportunidade de dividirem com os colegas de ofício os próprios talentos e habilidades artísticas, que não se apresentam no ambiente de trabalho diário. Dizendo-se apaixonado pela carreira jurídica, Flavio Assub disse que, há cerca de seis anos, começou a se dedicar a outra paixão. À época, a procura pelas artes plásticas tinha o objetivo de equilibrar o estresse da vida profissional, marcada pelo ritmo dos processos e audiências judiciais. "Hoje, a arte está enraizada na minha alma", diz ele, observando que o cientista do Direito se conciliou com o artista, com melhora efetiva para a vida profissional e pessoal.

Sobre os trabalhos que vai apresentar ao público na próxima sexta-feira, duas pinturas feitas com a técnica de acrílico sobre tela, Flavio Assub explica que a inspiração surgiu da experiência de ter percorrido mais de 50 mil quilômetros no interior do Maranhão, quando trabalhava na Corregedoria Geral de Justi-

ça, visitando e inspecionando as comarcas. "No afã de buscar melhorias, conheci a realidade do Poder Judiciário maranhense", destaca ele, que planeja apresentar uma exposição individual no próximo mês.

Um dos trabalhos se intitula *Justitia*, uma homenagem à rainha das ciências jurídicas, cuja concepção e essência, segundo o artista, representa um dos maiores desafios para quem opera o Direito. Flavio Assub figurou a dama enigmática com as clássicas vendas caídas dos olhos, mas ressaltando que o propósito dessa simbologia não foi destituí-la do papel pensado pelos antigos filósofos, de que a justiça seja cega diante das diferenças humanas. A intenção do pintor foi, antes, refletir que a justiça, com os olhos abertos, deve enxergar bem, a fim não claudicar em sua missão de tornar-se cada vez mais solidária e acessível às populações carentes.

Espectáculo

"O teatro transforma." Com esta sentença, o servidor e estudante Wilson Carvalho busca

romper o pensamento, segundo ele bastante disseminado, de que os servidores judiciários devam se acomodar às atividades judicantes, sem explorar suas expressões artísticas. A esse respeito, Wilson Carvalho relata que alguns colegas de trabalho chegaram a estranhar quando ele começou a divulgar que apresentaria o espetáculo teatral *A história do tribunal sensacional: deixa que eu conto*, na programação do Esmam Cultural.

Com texto do próprio servidor e do dramaturgo Inaldo Lisboa, com quem Wilson Carvalho já tinha encenado antes de ingressar no TJMA, a peça inicia sua narrativa reportando-se à origem da história do mundo, evoluindo ao tempo em que surgiu a necessidade de se criarem os tribunais para solucionar os conflitos humanos. No palco, o artista representa o monólogo dividindo a cena com duas garotas que o apoiam, atuando e cantando. O repertório do espetáculo é composto de criações de autoria de Wilson Carvalho, além de poemas musicados do poeta Gonçalves Dias. Para ampliar o acesso da plateia ao con-

teúdo da peça teatral, algumas falas e canções de *A história do tribunal sensacional: deixa que eu conto* são sinalizadas por um intérprete da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras).

No total, o Esmam Cultural 2013 teve 30 inscrições de servidores e magistrados. Os trabalhos não selecionados para integrarem essa edição do evento foram organizados em um banco de dados, iniciando a coleção de um acervo permanente, a ser utilizado em futuros eventos realizados pela instituição judiciária. Além dos trabalhos dos colaboradores selecionados, a programação inclui a apresentação do espetáculo *Pão com Ovo*, da Santa Ignorância Companhia das Artes, além da exibição do curta-metragem *Acalanto*, do cineasta maranhense Arturo Saboia, vencedor de cinco premiações do último Festival de Cinema de Gramado, além do prêmio do júri popular.



A obra *Justitia* é uma homenagem à rainha das ciências jurídicas



A arte está enraizada na minha alma

Flavio Assub, servidor público e artista plástico



O teatro transforma

Wilson de Carvalho, servidor público e artista dramático

Projeto Cultural Esmam

Música, teatro, cinema, exposição fotográfica, poesia e artes plásticas terão lugar reservado na 6ª edição do projeto cultural da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). Com espaço para a apresentação de trabalhos artísticos de servidores e magistrados do Judiciário estadual, este ano o projeto homenageia os 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão com muita arte. Além da Mostra de Talentos do Judiciário, o projeto contará com o espetáculo "Pão com Ovo", da Santa Ignorância Companhia de Artes. O evento cultural é aberto à comunidade, com entrada gratuita, e será realizado no dia 22 de novembro, a partir das 17h, no Centro de Criatividade Odylo Costa, filho - Praia Grande.

REVOLTAS

**Presos de Rosário
se rebelam por
alimentação,
água e visitas**

GERAL 5

SEGURANÇA

Presos se rebelam em Rosário

Oitenta e três presos tomaram o controle da Delegacia Regional de Rosário, a 69 quilômetros de São Luís, na tarde de ontem. Grades arrancadas, cadeados quebrados e colchões incendiados foram a forma que os detentos encontraram de reivindicar melhorias no fornecimento de água, alimentação e

ampliação do horário de visita, que hoje é de duas horas, para oito horas. As informações são da Secretaria de Segurança Pública.

A juíza da comarca, Rosângela Prazeres, e o secretário-adjunto de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), Hamilton Louzeiro, estão no local negociando com os detentos, que também recla-

mam da qualidade do alimento e da superlotação na unidade.

Atualmente, estão custodiados naquela delegacia 83 presos da Comarca de Rosário e de cidades circunvizinhas, distribuídos em sete celas. Segundo informações da delegada Regina França, titular da 1ª Regional de Rosário, além de equipes da Po-

lícia Civil, estão no local, policiais da 7ª Companhia Independente, do Batalhão de Choque, bem como a juíza de Direito da cidade, Rosângela Prazeres, que negociam com os detentos o fim do movimento.

Até o fechamento desta edição, as negociações ainda estavam em andamento.

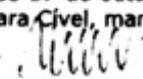


**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SÃO LUIS
2ª VARA CÍVEL**

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

**O DOUTOR LUIZ DE FRANÇA
BELCHIOR SILVA, JUIZ DE DIREITO
DA SEGUNDA VARA CÍVEL DE SÃO
LUIS - MARANHÃO, POR
DESIGNAÇÃO LEGAL, ETC...**

F A Z S A B E R que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, fica **CITADO ANTONIO DE PADUA ARAUJO DO NASCIMENTO**, tendo como ultimo domicilio a Rua Travessa Virgilio Domingues, nº 130 - São Francisco, CPF 288.200.703-59, que se acha em lugar incerto e desconhecido, para tomar ciência da Ação de Busca e Apreensão em tramitação nesta Secretaria da 2ª Vara Cível, Processo nº 9985-59.2008.8.10.0001, que lhe move MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. Assim, por meio deste, poderá responder em 15 (quinze) dias a presente ação, sob as cominações legais, ficando advertido de que, caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 285, segunda parte, do CPC. Ficando o réu cientificado de que a inicial e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau. E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir este edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, aos 17 de outubro de 2013. Eu, Rute Ferreira Macêdo, Secretária Judicial da 2ª Vara Cível, mandei digitar e conferi.


Luiz de Franca Belchior Silva
Juiz Titular da 2ª Vara Cível da Capital



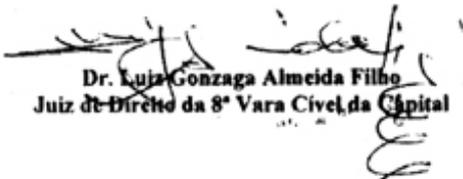
ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA.
End: Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau
Cep: 65076-620 - São Luís - Ma
Fone: 3194-5493
Internet: www.tjma.jus.br

**EDITAL DE CITAÇÃO
COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO, JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, et coetera

F A Z S A B E R que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, fica CITADO **K. J. SANTOS SILVA COMÉRCIO BRASILEIRO, pessoa jurídica de direito privado, cadastrado no CNPJ sob o n.º. 02.902.160/0001-51,** que se acha em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da **AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO** em tramitação nesta Secretaria da 8ª Vara Cível, Processo nº 36316-73.2011.8.10.0001, que lhe move **MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.** Assim, por meio deste, poderá responder em 15 (quinze) dias a presente ação, sob as cominações legais, ficando advertido de que, caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 285, segunda parte, do CPC. Ficando o réu cientificado de que a inicial e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau. E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir este edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, nesta 8ª Secretaria Cível. Aos 25 de outubro de 2013. Eu, Anna Carolina Pinheiro Vale, Secretária Judicial, mandei digitar e assino, juntamente com o MM. Juiz de Direito.

São Luís (MA), 25 de outubro de 2013.


Dr. Luiz Gonzaga Almeida Filho
Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Capital

STF mantém liminar que suspende prolongamento da Avenida Litorânea

O Supremo Tribunal Federal (STF) negou o pedido de suspensão de medida liminar protocolado pela Prefeitura de São Luís sobre o prolongamento da Avenida Litorânea.

A Corte manteve a decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) que suspendia o licenciamento ambiental da obra. O processo é resultado de ação proposta pela 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís. A decisão foi assinada pelo ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF.

A primeira liminar foi concedida pela 2ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, no processo 21.373/2010. A decisão foi suspensa durante um plantão e depois voltou a valer por decisão da 3ª

Câmara Cível do TJ-MA.

Diante de recorrentes decisões do Tribunal em que foi mantida a posição defendida pelo Ministério Público, a Prefeitura de São Luís tentou suspender a liminar junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao STF, não obtendo sucesso em nenhuma das tentativas.

Na ação inicial, o Ministério Público do Maranhão aponta diversas ilicitudes no processo de licenciamento ambiental, como a contratação da empresa Consplan - Consultoria e Planejamento Ltda. pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Maranhão (Sinduscon) para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). O estudo teria sido "doado" pelo sindicato ao Município de São Luís.

TJ-MA convoca credores para pagamento de precatórios pendentes

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) está convocando credores de dívidas judiciais da fazenda pública estadual (precatórios) pendentes de 2011. O dinheiro está disponível e os benefi-

ciários podem se dirigir à Coordenadoria de Precatórios, no horário das 8h às 18h, para receber o alvará que dá o direito ao levantamento do dinheiro junto ao banco autorizado.

PÁGINA 4 [C1]

TJ do Maranhão convoca credores para pagamento de precatórios pendentes

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) está convocando credores de dívidas judiciais da fazenda pública estadual (precatórios) pendentes de 2011. O dinheiro está disponível e os beneficiários podem se dirigir à Coordenadoria de Precatórios, no horário das 8h às 18h, para receber o alvará que dá o direito ao levantamento do dinheiro junto ao banco autorizado.

Desde março, quando a Coordenadoria de Precatórios foi implantada pelo presidente do TJ-MA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, a Corte recebeu 4.306 processos de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor. Um total de 905 alvarás para levantamento do pagamento já foi emitido em favor dos credores, movimentando cerca de R\$ 16 milhões, mas muitos ainda não compareceram ao Tribunal para retirar o alvará de liberação do dinheiro.

Este ano, o TJ-MA efetuou o pagamento de R\$ 16.281.879,83 relativos a precatórios da lista geral do exercício de 2011. Também estão sendo pagos R\$ 13.798.838,60 em dívidas judiciais de natureza alimentar do exercício de 2012, conforme os recursos disponibilizados até agora pelo Poder Executivo estadual.

Resta ainda um montante a pagar, pelo Estado, de R\$ 47.381.928,43 referente às dívidas com processos alimentares e mais R\$ 91.921.085,47 da lista geral do exercício de 2012, com pedido registrado no protocolo do Tribunal até 1º de julho de 2011. Os débitos de natureza alimentícia são decor-

rentes de salários, vencimentos, pensões, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez e são pagos preferencialmente.

O Município de São Luís pagou R\$ 13.851,50 em 2004 e R\$ 62.467,65 em 2008. Resta ainda um saldo devedor de R\$ 32.604.242,76. O Executivo Municipal fechou acordo com o TJ-MA para quitação das dívidas vencidas, com a liberação do valor de R\$ 800 mil. A partir de 2014, o pagamento dos precatórios pelo Município seguirá o regime especial instituído pela Emenda Constitucional nº 62/2009, com o depósito de 1% da Receita Corrente Líquida da Prefeitura.

Conforme determina a legislação vigente, os precatórios judiciais cujo requerimento ingressaram até o dia 1º de julho de 2012, devem ser pagos pelas fazendas públicas até 31 de dezembro deste ano. Precatórios e RPVs vencidos podem ser cobrados pela parte mediante pedido de sequestro junto ao protocolo judicial do TJ-MA. Estados e Municípios inadimplentes poderão ter o Fundo de Participação bloqueado.

“Temos diversos pedidos de sequestro relativos ao ano de 2012, mas estamos tentando solucionar os pagamentos administrativamente. A inércia do Poder Executivo em não repassar os recursos pode levar ao sequestro dos valores, para o pagamento da dívida”, explica o juiz auxiliar da Presidência e coordena-

dor do Setor de Precatórios do TJ-MA, José Nilo Ribeiro Filho, acrescentando que a criação de uma estrutura específica no Tribunal para o encaminhamento dos precatórios racionalizou o serviço e agilizou o andamento dos processos.

O atendimento ao público funciona no segundo pavimento do Palácio da Justiça, na Avenida Pedro II, s/nº, Centro. Dez servidores trabalham no atendimento, preparo das decisões e atos necessários ao encaminhamento dos precatórios e RPVs. Mais três auxiliares cadastram os processos.

“A distribuição dos processos é feita diariamente, considerando as providências urgentes e as diárias”, informou a servidora Heloíza Gonçalves. Os credores podem consultar a lista de precatórios no endereço eletrônico do TJ-MA na internet (<http://www.tjma.jus.br/tj/publicacoes/sessao/608>), onde são publicados editais de convocação dos credores, listas de precatórios e modelo da requisição de pagamento.

STF confirma posicionamento do MPMA contra prolongamento da Av. Litorânea

Um pedido de suspensão de medida liminar protocolado pela Prefeitura de São Luís foi negado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte manteve a decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) que suspendia o licenciamento ambiental da obra. O processo é resultado de ação proposta pela 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís. A decisão foi assinada pelo ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF.

A primeira liminar foi concedida pela 2ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, no processo 21.373/2010. A decisão foi suspensa durante um plantão e depois voltou a valer por decisão da 3ª Câmara Cível do TJ-MA.

Diante de recorrentes decisões do Tribunal em que foi mantida a posição defendida pelo Ministério Público, a Prefeitura de São Luís tentou suspender a liminar junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao STF, não obtendo sucesso em nenhuma das tentativas.

Na ação inicial, o Ministério Público do Maranhão aponta diversas ilicitudes no processo de licenciamento ambiental, como a contratação da empresa Conplan – Consultoria e Planejamento Ltda. pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Maranhão (Sinduscon) para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). O estudo teria sido “doado” pelo sindicato ao Município de São Luís.

Banco do Brasil terá que indenizar cliente que sacou cédula falsa

DIVULGAÇÃO

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) definiu em R\$ 25 mil a indenização por danos morais a ser paga pelo Banco do Brasil a um cliente que fez saque em caixa eletrônico contendo uma cédula falsa. O valor fixado pela Justiça de 1º grau havia sido de R\$ 2 mil.

O desembargador Jaime Araújo (relator) entendeu que a quantia determinada pelo órgão colegiado do TJ-MA atende melhor às peculiaridades do caso, citando jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), levando-se em conta também a posição profissional e social do ofendido, juiz de direito, que poderá ter sua credibilidade abalada pela repercussão do fato no meio em que atua. O cliente pretendia a majoração para R\$ 30 mil.

De acordo com o voto, a conduta do banco, de inserir cédula falsa em circulação, mesmo possuindo funcionários que trabalham especificamente com cédulas e que teriam capacitação técnica superior a qualquer outra pessoa para identificá-la, ocasionou grave dano psíquico ao cliente, que teve sua honra e imagem afetadas por ter passado involuntariamente uma cédula fraudulenta.

Recusada – Argumenta que se justifica porque, ao efetuar o pagamento de sua empregada doméstica com a cédula falsa, o cliente do banco teve o dinheiro devolvido pela sua funcionária, sob o argumento de que a nota fora recusada.

O relator entendeu que a situação causou a exposição da imagem do autor da ação de danos morais, que é magistrado estadual e somente recebe dinheiro por



DESEMBARGADOR Jaime Araújo,
relator do processo

meio do Banco do Brasil. Acrescentou que é de inteira responsabilidade da instituição financeira a inserção da nota em circulação.

Inconformados com a sentença da Justiça de 1º grau, tanto o banco quanto o cliente recorreram ao TJ-MA. O relator não acolheu o argumento do banco, de estrito cumprimento de seu dever, por considerar que incumbe à instituição financeira sólida e com atuação histórica no país primar pela regularidade da inclusão de notas em circulação. O magistrado atendeu em parte ao recurso do cliente. Os desembargadores Anildes Cruz (revisora) e Ricardo Duailibe concordaram com o entendimento do relator. (Processo nº. 0368112013)

Amma quer agilidade na criação do Fundo de Segurança dos Magistrados

PÁGINA 1 [C2]

Amma quer agilidade na criação do Fundo de Segurança dos Magistrados

Para entidade, criação do Funseg é importante para proteger juízes maranhenses ameaçados

JULLY CAMILO

A Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) pediu celeridade ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) na apreciação do texto do anteprojeto de Lei Complementar que trata sobre a criação do Fundo de Segurança dos Magistrados (Funseg). Apesar de a resolução de nº 104 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre medidas administrativas de segurança no Poder Judiciário, ser do ano de 2010, as discussões sobre a resolução só começaram a partir de abril deste ano, após uma provocação da Amma, no sentido de aprovar o texto e instituir o fundo.

O objetivo do Funseg é aparelhar com equipamentos e estruturas de segurança os fóruns e unidades judiciais, garantindo mais segurança aos magistrados, servidores e usuários, além de dinamizar o trabalho.

Segundo o presidente da Amma, o juiz Gervásio Protásio dos Santos Júnior, a resolução do CNJ é de 2010, mas nunca havia sido aberta a discussão no estado. Ele explicou que em abril de 2013, a associação teria feito o pedido para instituir o fundo e solicitou a abertura do debate. "Conseguimos chegar ao texto do anteprojeto e agora está no Pleno do TJ-MA para ser apreciado e em seguida enviado para aprovação na Assembleia Legislativa. O nosso anseio que este trâmite seja feito ainda este ano, antes do recesso dos deputados; afinal, sabemos que da aprovação até a implementação de qualquer projeto demora algum tempo", disse Gervásio dos Santos.

O Funseg contará com recursos oriundos das próprias custas judiciais e extrajudiciais, versando em torno de 2% a 4% da receita do próprio Judiciário. "Com o aumento da violência no Maranhão, é preciso dar mais atenção à demanda e garantir os meios necessários para a segurança de todos. O magistrado sofre duas vezes: como cidadão e co-

mo operador do direito, na hora de fazer cumprir a lei", explicou.

De acordo com o juiz Gervásio dos Santos, existem casos isolados envolvendo magistrados no interior do estado, porém, ele frisou que não há como apontar um ponto crítico, uma vez que a onda de violência tem se espalhado de maneira geral.

Ele disse que a Grande São Luís tem se tornado frágil, por conta dos constantes conflitos entre facções criminosas, que acabam revidando de forma violenta contra as unidades judiciais.

"Um exemplo ocorreu há alguns dias na Comarca de Paço do Lumiar, situada no Maiobão, cujas paredes e vidraças foram alvejadas por tiros, supostamente disparados por integrantes de uma facção criminosa. No município de Cururupu, na Baixada Maranhense, também temos um magistrado - Celso Serafim Júnior - que foi obrigado a solicitar escolta, porque tentou cumprir a lei e teve sua vida ameaçada. O número de juízes ameaçados no Maranhão é conhecido somente pela Comissão de Segurança Institucional do TJ-MA e, por segurança, os nomes de todos não podem ser divulgados", declarou.

O magistrado explicou que intenção é aplicar o Funseg, entre outros pontos, no depoimento de presos por videoconferência - diminuindo custos, evitando riscos durante a escolta e maximizando mão de obra; instalação de catracas e detectores de metal na entrada dos fóruns; câmera e central de videomonitoramento e reforço da vigilância.

O presidente da Amma ressaltou que as medidas visam evitar que juízes, servidores e a própria sociedade que frequenta as instalações dos fóruns sejam expostos à ação de criminosos ou qualquer outro tipo de violência.

"Vamos torcer para que a matéria seja incluída na discussão e votação da próxima sessão administrativa do tribunal, que ocorre na próxima quarta", disse Gervásio dos Santos.



O PRESIDENTE da Amma,

Gervásio dos Santos:

'O magistrado sofre duas vezes, como cidadão e como operador do direito'



CELSO SERAFIM: segurança de PM até nas audiências

Ameaçado, juiz de Cururupu anda sob escolta o tempo todo

O juiz Celso Serafim Júnior, da Comarca de Cururupu, na região da Baixada Maranhense, foi ameaçado de morte por ter exigido o cumprimento das leis de trânsito na cidade – como o uso obrigatório do capacete e a proibição de mais de duas pessoas ocuparem uma moto –, bem como ter disciplinado o funcionamento de bares, casas

noturnas e terreiros de umbanda, obrigando esses locais a fechar à meia-noite.

Um policial militar armado acompanha o tempo todo o magistrado, inclusive durante a realização de audiências. Pixações pela cidade e ameaças por telefone já foram dirigidas ao juiz.

(JC)

Deputado condena mudança da AGU

O deputado federal Simplício Araújo criticou, ontem, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 205/2012, de autoria do Poder Executivo, que propõe alterações na Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União (AGU). O parlamentar considera a proposta uma grave ameaça a um órgão que exerce função estatal que é essencial à Justiça brasileira.

“Essa proposta coloca em risco as conquistas obtidas pelo ordenamento jurídico do país decorrentes da criação da AGU. O projeto prioriza uma advocacia de governo, quando a AGU deve ser, sobretudo, um corpo profissional em defesa dos interesses do Estado brasileiro. Prova disso é o dispositivo que reduz a autonomia de advogados públicos em relação a seus superiores. O que fará, certamente, com que profissionais defendam causas que confrontem seu convencimento técnico para que não sejam alvo de punições”, afirmou o deputado.

Araújo alertou para o fato de que, ao misturar poder normativo com poder hierárquico, fica transparente a intenção de transformar a Advocacia Pública Federal em um braço jurídico de defesa do governo de ocasião, não uma advocacia de Estado, que defenda os interesses nacionais.

Outro erro crasso, na visão do parlamentar, diz respeito à qualificação como advogados públicos federais de pessoas estranhas às carreiras da AGU, notadamente indicadas por critérios meramente políticos. “Ao trazer representantes de fora dos quadros da instituição para exercer funções constitucionais asseguradas aos advogados públicos federais concursados, o projeto compromete a segurança e a credibilidade de uma atuação que tem de ser imparcial e eminentemente técnica”, criticou.